

David Landes, um historiador desacorrentado

José Jobson de Andrade Arruda

Conheci David Landes em 1986 no Congresso quadrianual da Associação Internacional de História, em Berna. Para um estudioso da história econômica e, sobretudo, da Revolução Industrial inglesa, foi um encontro vivo com a mais prestigiosa bibliografia sobre o tema. Lá estavam Peter Mathias, Patrick O'Brien, François Crouzet e, muito especialmente, David Landes, com seu sorriso desconcertado e vasta disponibilidade. Afinal de contas, era o celebrado autor de *The unbound prometheus*, publicado em 1969, um sólido estudo sobre o padrão de industrialização e desenvolvimento comparado entre as diferentes nações européias que, somente um quarto de século depois, seria publicado no Brasil, em 1994, pela Editora Nova Fronteira. Seu prestígio na comunidade dos historiadores se solidificara ainda mais com a publicação, em 1983, de *Revolution in time*, uma arguta incursão pelos domínios da temporalidade no âmbito do desenvolvimento capitalista, ainda inédito entre nós, fartamente divulgado e comentado durante o evento. Em sua forma xerografada, o texto *What do bosses really do?*, foi distribuído para discussão entre os presentes e, posteriormente, publicado no *Journal of Economic History*.

Apesar da notoriedade, Landes não se furtou ao diálogo com historiadores egressos da periferia, especialmente aqueles que se abalanchavam a escrever sobre a grande história dos países europeus, buscando uma relação apropriada com a exploração do mundo das ex-colônias. Marcamos um encontro para Paris, na sequência do evento de Berna, uma tarde agradável do outono parisiense, num bistrô acantonado no *Quartier Latin*, nas proximidades do hotel em que habitualmente me hospedava na *Rue des Écoles* e do pequeno apartamento que Landes entretinha em Paris, onde passava freqüentes temporadas em companhia de sua esposa e filhos. Tentei expor as minhas idéias. De resto nada excepcionais. Era o velho tema da lucratividade decorrente da exploração colonial. As colônias foram rentáveis? Foram importantes na eclosão da Revolução Industrial? Foi uma contribuição contingente ou estrutural? Dispensável ou necessária? Argumentos e contra-argumentos. A tarde se esvaiu. Mobilizei autores com os quais tinha intimidade. Citei Christopher Hill. Fez um ar enigmático, como se não registrasse e perguntou: quem? Desconversei. Convidei-o para vir ao Brasil e, diante de uma agenda já fornida para os próximos dois anos, esmoreci. O convívio se encerrou com promessas recíprocas de futuros contatos.

Era um homem culto. Instigante. Tinha sempre uma pergunta engatilhada, uma bala na agulha. Mais questionava do que respondia. Em alguns passos o diálogo mais recendia ao inquérito do que à livre disponibilidade do espírito para

os vãos sem compromisso. Relembrei, com meu cunhado José Leonardo do Nascimento, que fazia seu doutoramento na França, a participação de Landes no programa de televisão *Apostrophe*, ocorrido em 1984, a propósito da revolta estudantil de maio de 1968. Em meio a outros intelectuais, especialistas no tema, Landes ali estava porque lecionava na *École des Hautes Études* naquela oportunidade, e acabara de lançar um estudo original sobre o tempo no capitalismo. Antes que Bernard Pivo, âncora do programa, o surpreendesse arregaçando a manga do paletó e exibindo vários relógios em seu antebraço, perguntando-lhe o que achava de cada um deles, relíquias verdadeiras ou falsas, pediu-lhe que emitisse sua opinião sobre o movimento estudantil de 1968, ao que ele retorquiu, disparando: “Os estudantes não saíram às ruas com fins altruístas. O que desejavam de fato era livrarem-se do serviço militar”. Significativo.

Não fui ao Congresso de Louvain em 1990 onde, certamente, voltaria a vê-lo. Reencontrei-o em Milão, quatro anos depois. Participávamos de uma seção sobre a relação entre o mundo colonial e o desenvolvimento industrial, organizada por Maxine Berg, discípula de Christopher Hill, intitulada *Oceanic trade, colonial weres and industrial development, 1600/1800*. Era uma resposta aos ataques à própria idéia de Revolução Industrial, movida por N. Crafts *et caterva*. Senti-o identificado com o contra-ataque devastador desfechado por Javier Cuenca Esteban ao núcleo duro dos argumentos revisionistas, pois assestava suas baterias no procedimento estatístico, demonstrando que houvera manipulação nos dados que minimizavam o arranque industrial e, sobretudo, o desempenho do setor têxtil. A simples presença de Landes nessa seção era uma espécie de endosso às linhas mestras do que ela continha. A começar pelo artigo seminal de Cuenca Esteban, *Britain's terms of trade and the Americas, 1722-1831*, seguido por uma dezena de comunicações que apontavam na mesma direção, inclusive o meu próprio texto *New patterns of colonial transactions and the industrial revolution*.

Fomos tomados pela sensação de que a recuperação do papel das colônias no desenvolvimento europeu, particularmente na Revolução Industrial inglesa, estava em curso. Não só a presença de Landes no evento demonstrava sua assimilação desta linhagem interpretativa. Eu tinha em mente suas palavras sobre o tema escritas no *Unbound prometheus*:

“Os metais e pedras preciosas não constituem capital produtivo... Mas, nas mãos certas, podem ser usados para ordenar e combinar os fatores de produção para finalidades úteis... A riqueza (americana) efetivamente trocou de mãos e constituiu um acréscimo líquido ao suprimento monetário da Europa e da Inglaterra. É presumível que isso, por sua vez, tenha facilitado o crédito, aumentando a demanda e estimulando a indústria – nos lugares que estavam preparados para aproveitar esta oportunidade... Tratou-se de um estímulo momentâneo... Todavia, enquanto durou a expansão inflacionária, ela promoveu mudanças permanentes na estrutura da economia européia; um novo alcance para

a iniciativa comercial, maior especialização na agricultura e na indústria, maiores concentrações de capital e um aumento de escala de produção em certos ramos... Mais duradoura e mais estimulante para o desenvolvimento econômico europeu foi a exploração sistemática dos territórios coloniais, através do estabelecimento de povoados... A importância dessas colônias para o desenvolvimento econômico europeu está em que elas produziram um volume cada vez maior de artigos de exportação, primordialmente gêneros alimentícios e matérias-primas, e receberam, em contrapartida, um fluxo crescente de produtos manufaturados europeus. Esse não foi um lucro momentâneo. Constituiu um incremento duradouro para a pressão de demanda sobre a indústria européia e, desse modo, como veremos, contribuiu para a Revolução Industrial” (Landes, 1969: 42-43).

Parece-me justa, pois, a suposição de que comungávamos das mesmas idéias. A ressalva interposta por Landes, de que reconhecer a contribuição não significava aceitá-la como condição necessária ou suficiente, em nada muda o reconhecimento do papel das colônias na oferta de capitais, alimentos e matérias-primas, bem como no consumo de manufaturados. Não se reivindica para as colônias o papel decisivo; mas uma participação estratégica, significativa. A continuidade da polêmica com N. Crafts alimentava a sensação de que as teses alhures alinhavadas continuavam de pé. *The fable of the dead horse; or, the Industrial revolution revisited*, foi discutido em Milão em sua forma inicial; *What room for accident in history* e sua continuidade, publicada em 1995, *Some further thoughts on accident in history: a reply to professor Crafts*, militavam em prol da Revolução Industrial, repudiando sua desconstrução.

Estes pressupostos, suponho, estão no cerne de um livro que pretende explicar “por que algumas nações são tão ricas e outras tão pobres?": *A riqueza e a pobreza das nações*. Estranhamente, contudo, aqui o problema não foi encarado da mesma forma que em *Unbound prometheus*. Reduziu-se a dimensão do todo colonial à relação entre o binômio economia açucareira/tráfico de escravos e a fertilização do sistema produtivo inglês, a partir das concepções de Eric Williams. Perguntando-se se a Revolução Industrial na Inglaterra teria ocorrido sem a contribuição decisiva do sistema atlântico, Landes afirma que sim, pois as mudanças cruciais na produção energética (carvão e máquinas a vapor) e metalúrgica (ferro fundido em fornalhas de coque), “eram largamente independentes do sistema atlântico” (Landes, 1998: 133). Concede apenas no reconhecimento de que, sem a escravatura, o desenvolvimento teria sido mais lento. A mudança de tom é sintomática. O descolamento em relação ao impacto da exploração colonial sobre as economias centrais, e a conseqüente autonomização da riqueza diante da pobreza, turvavam o horizonte. De resto, esta guinada fazia *pendant* com a reorientação dos debates no Congresso de História Econômica realizado em Madri, no mês de setembro de 1998. Uma das discussões centrais ali travadas foi exatamente *The costs and benefits of european imperialism*, que deu

origem a um número especial da *Revista de História Econômica*, cujos artigos, majoritariamente, apontavam naquela mesma direção. Era a inversão total de rumos em relação ao que se verificara no Congresso de Milão.

Qual seria então a pedra de toque do desenvolvimento econômico europeu? Por que foram os europeus os vencedores desta corrida de obstáculos em que se transformou a industrialização? Por que, em suma, os ingleses foram os primeiros, seguidos de outros europeus e, excepcionalmente, por asiáticos como os japoneses ou americanos como os Estados Unidos?

A cultura faz toda a diferença, diz Landes. O elemento dinâmico e diferenciador na maratona do desenvolvimento econômico é a civilização ocidental, o conhecimento *lato sensu*, o conhecimento científico específico, a capacidade tecnológica, as ideologias políticas e sociais (Landes, 1998: 580). “Como mostra o registro histórico, nos últimos quatrocentos anos, a Europa (o Ocidente) tem sido o agente motor do desenvolvimento e da modernidade” (p. xxi). Em decorrência, Landes não se peja em afirmar que o “pensamento antieurocêntrico é simplesmente antiintelectual” (p. 581), e àqueles que afirmam que o eurocentrismo é ruim para a Europa e para o mundo, responde: “Quanto a mim, prefiro a verdade ao pensamento bem-intencionado” (p. xxii), ou seja, consagra o eurocentrismo.

Qual seria, então, a tarefa dos países ricos ante os países pobres? Em nosso próprio interesse é preciso ajudá-los, responde, pois, “Se não o fizermos, eles procurarão tomar o que não podem fazer; e se não podem ganhar exportando mercadorias, exportarão gente” (Landes, 1998: xxi). Mas a ajuda externa precisa ser cuidadosa. Ela pode trazer a inércia, pois a mão que recebe está sempre por baixo da que dá. É preciso que as pessoas se habilitem a fazer por si mesmas, pois o que conta é o trabalho parcimonioso, honesto, paciente e perseverante (p. 590). O etnocentrismo de Landes vai num crescendo, até o limite em que, num arroubo bíblico, enaltece a elite dos auto-selecionados, os otimistas eleitos que repudiam o pessimismo, exclui os milagres e os dogmas, definindo metas claras, nas quais “os melhores que escolham os meios” (p. 591). Ao vencedor, as batatas!

O postulado cientificista e tecnológico já se manifestara em *Unbound prometheus* e seus inequívocos corolários culturais. Neste texto, torna-se uma obsessão matricial. Por isso, contraditoriamente, depois de investir contra a geografia, que para ele “está desacreditada, se é que alguma vez já foi digna de crédito, por sua própria natureza”, assume que “os países ricos situam-se nas zonas temperadas, sobretudo no hemisfério setentrional; os países pobres, nos trópicos e semitropicais” (Landes, 1998: 3). Cheio de certezas, Landes recupera a opinião de um embaixador de Bangladesh, que fala de sua disposição para o trabalho em clima temperado e absoluta letargia em climas tropicais, e atribui maravilhas ao ar-condicionado, pura tecnologia, ao afirmar que “na América, o ar-condicionado

tornou possível a prosperidade econômica do Novo Sul” (p. 6). Não se trata, por acaso, de um resgate do velho determinismo geográfico sob novas roupagens?

Procurando retrazar as origens do desenvolvimento científico e tecnológico, o autor retorna à Idade Média, por ele considerada uma das sociedades mais inventivas da história, enfatizando aí a divisão do trabalho e a ampliação do mercado existente como território fértil para aquela fermentação. Arrola como invenções ou incorporações tecnológicas essenciais, a roda d'água (azinha), a pólvora, a imprensa, os óculos e o relógio. Reconhecendo o contributo de outras alturas para os três primeiros itens, insiste na invenção dos óculos e do relógio como símbolos da criatividade medieval, com sua vital importância no desenvolvimento da indústria de precisão. Sobre a importância dos óculos vale lembrar que Fernand Braudel faz comentários sarcásticos e contundentes em torno da hipótese de considerá-los como inventos revolucionários da época do Renascimento. Sobre o relógio, Landes aproveita seu estudo específico *Revolution in time*, praticamente dissolvendo-o em várias partes deste livro. Considera o relógio revolucionário em sua concepção por ser um exemplo de mecanismo digital, e seus construtores líderes no aprendizado da miniaturização e da precisão, mestres pioneiros da engenharia mecânica (Landes, 1998: 53).

O nascimento desta verdadeira cultura da invenção é relacionado a quatro condições essenciais. O respeito judaico-cristão pelo trabalho manual; a subordinação judaico-cristã da natureza ao homem e o conseqüente afastamento de práticas e crenças animistas; a noção judaico-cristã de tempo linear, não-cíclico ou repetitivo; e, finalmente, a liberdade do mercado que recompensava as inovações (Landes, 1998: 63). Em síntese, o embasamento judaico-cristão da cultura ocidental teria sido o fermento ativador do dinamismo científico e tecnológico da civilização ocidental.

Nestes termos, os descobrimentos marítimos teriam que ser, necessariamente, a primeira grande oportunidade para que a superioridade da civilização ocidental se manifestasse na integridade do seu esplendor. Isto explica por que Landes faz comentários rascantes e jocosos a propósito das comemorações do V Centenário do Descobrimento da América por Colombo, realizadas nos Estados Unidos, que, excessivamente obedientes a um perfil politicamente correto, teriam comportado evidente mau gosto e despropósito. Para ele, uma história eviscerada. Não discordamos integralmente, mas como perfilhar-se com as ilações que tira a seguir: “o imperialismo sempre esteve conosco”, e, pasmem, “é a expressão de um profundo impulso humano”. Por isso, apesar de reconhecer os excessos dos europeus em relação às populações autóctones, considera que “a abertura do Novo Mundo foi uma troca, mais assimétrica. A epifania européia era o que importava. Foi a Europa que iniciou o processo, reagiu à descoberta e estabeleceu a agenda para novos desenvolvimentos”, em suma, o que importa é *quem fez a quem!* Pior, a culpabilização do Ocidente teria por finalidade

questionar o seu domínio e os ganhos daí decorrentes e, em consequência, “atribuir culpas, provocar a consciência, justificar reparações” (Landes, 1998: 68-69).

Um exemplo indelével da racionalidade científica européia, destacada em cores fortes por Landes, é a expansão pioneira empreendida pelos portugueses. Nela, a noção de experiência ganha relevo. Cada viagem baseava-se na anterior. Na viagem seguinte aventuravam-se um pouco mais além: anotavam as latitudes atingidas; mudavam os mapas e as cartas de marear; fixavam padrões sinalizadores. Destaca a figura do Infante D. Henrique e suas iniciativas científicas e técnicas no promontório de Sagres; ou, então, o rutilante Vasco da Gama, um afoito líder, quase um empresário schumpeteriano, capaz de decisões arrojadas e originais (Landes, 1998: 94-95).

Tais perfis, traçados por Landes, demonstram que ele não navegava com segurança no mar revolto da história dos descobrimentos portugueses. Sabidamente, a moderna historiografia portuguesa procede à reavaliação crítica da figura de D. Henrique. Fernando Catroga, em seu excelente estudo sobre as ritualizações na História, mostra que há uma desconstrução do perfil mítico do infante, santificado pelo regime salazarista como sábio, cientista, cruzado, empresário, refundador da nação e da modernidade. De fato, o falso casto, à semelhança de Salazar, nunca fez travessias de longo curso ou viagens transoceânicas, como o pomposo título D. Henrique, o Navegador, deixaria entrever. Cruzou somente o Estreito de Gibraltar; possuía conhecimentos científicos limitados; tinha profundos interesses materiais nas navegações e não apenas espirituais; não foi o empresário exitoso e solitário, pois contou com auxiliares de enorme valor; além de perder muito do seu brilho quando contrastado com outros protagonistas da “íclita geração”, especialmente o Regente D. Pedro, seu irmão, ou então, o grande incentivador das expedições do mar-oceano, o Rei D. João II, o verdadeiro fundador do Império Português (Catroga, 1996: 610-11 e Winius, 1995: 87). Sobre Vasco da Gama, sabemos, há retratos múltiplos e contrastados. Da figura quase romanceada, cinzelada por Geneviève Bouchon, ao pirata oportunista, saqueador e desalmado, debuxado por Sanjay Subrahmanyam, passando pelo navegador seguro e comandante decidido esculpido por Luís Adão da Fonseca, é patente que Landes incorpora o perfil traçado pelo insigne historiador português, cujo livro, entretanto, não faz parte da bibliografia, lá figurando, contraditoriamente, a referência aos livros de Sanjay Subrahmanyam.

David Landes marcha contra a História. Reforça a dimensão empresarial e científica dos descobrimentos, saindo do mito da cruzada para cair no mito do cientificismo. Isto, num momento em que a historiografia portuguesa esforça-se por colocar no oblívio toda arquitetura urdida em torno da idéia de conquista, de heroicidade, de superioridade étnica e cultural, em suma, uma condenação explícita do eurocentrismo que transparece no esforço para sobrelevar a dimensão

do encontro cultural entre povos de diferentes continentes, as visões recíprocas e as reverberações culturais que o mesmo propiciou. Substituir as caravelas ou as grandes personagens históricas, na celebração do evento, pelos oceanos, significa elevar a universalidade das águas à simbologia da globalização, o reforço imagético da natureza, da ecologia, em relação aos entes humanos e seus atavios simbólicos.

Mas o historiador de *Prometeu desacorrentado*, desavisado, não esmorece. Continua a navegar contra a corrente. Com palavras dignas de figurar nos mais túrgidos discursos proferidos no *Dia da raça*, continua sua exaltação da lusitanidade, afirmando que “A façanha portuguesa é testemunho de seu espírito empreendedor e fortaleza, de sua fé religiosa e entusiasmo; de sua capacidade para mobilizar e explorar os conhecimentos e técnicas mais recentes... O pragmatismo em primeiro lugar”. Atraíram estrangeiros por causa de seus recursos, conhecimento e mão-de-obra. Usaram escravos como trabalhadores ou como combatentes. “Casaram-se com mulheres de todas as raças, e com mais de uma de cada vez”... “Legitimavam e santificavam a cobiça e o apetite... Nenhuma brutalidade era excessiva”. E quando seus domínios na Ásia entraram em colapso, na disputa com os novos colonizadores, “Converteram-se nos barões-salteadores do Oceano Índico” (Landes, 1998: 138, 144). Certamente não lhe fará mal a leitura atenta da nova coleção sobre a *História da expansão portuguesa*, que ora se edita em Portugal.

No final do século XVIII, opera-se uma metamorfose com a emergência da Revolução Industrial. Os portugueses haviam perdido a primazia. As nações setentrionais da Europa levaram a palma. “Pescaram peixe, extraíram e refinaram óleo de baleia, cultivaram, compraram e revenderam cereais, teceram pano, fundiram e forjaram ferro, cortaram madeira e exploraram minas de carvão”. Ou seja, ganharam seus próprios impérios que, para Landes, felizmente não eram dotados de ouro ou prata, assentando-se na exploração de culturas renováveis e indústrias com garantia de continuidade. O segredo estava no trabalho, criador de um novo tipo de homem: racional, metódico, diligente, produtivo. A ética calvinista fazia toda diferença e Max Weber, para Landes, estava carregado de razão. Restaria enfatizar o papel dos grupos de pressão, dentro das comunidades protestantes, como forma de garantir o desempenho individual; o papel da instrução básica para a leitura dos textos sagrados irradiado entre os jovens; e, sobretudo, assumir que “mães instruídas fazem a diferença” (Landes, 1998: 191, 196).

Eis a *pièce de résistance* de toda argumentação explicativa da primazia da Europa Setentrional em relação à Meridional: Espanha, Itália, Portugal. A Reforma Protestante impulsionou a alfabetização, disseminou a educação e ampliou o corpo de candidatos ao ensino superior, gerou e multiplicou dissidências e heresias, promoveu o ceticismo e a recusa de autoridade, que estão

no âmago da atividade científica... E foram os conhecimentos, sobretudo os conhecimentos científicos, que ditaram as possibilidades econômicas”. Opostamente, os países católicos preferiram a censura e o fechamento. O obscurantismo. A expulsão dos judeus, a resistência à Reforma Protestante, a riqueza fácil que a sorte prodigalizou, deu aos espanhóis, por exemplo, a possibilidade de dissipar a fortuna, pois, “é sempre mais fácil jogar fora a riqueza que se ganhou sem esforço, num golpe de sorte”. A profunda identificação de Landes com os postulados calvinistas se explicita nesse julgamento: “Um bom calvinista diria ser isso que estava errado com a Espanha: a riqueza fácil, a fortuna obtida sem esforço, imerecida” (Landes, 1998: 189, 198).

Os portugueses seguiram as pegadas dos espanhóis. A conversão forçada, o exílio, a morte de judeus extirpou 70 mil cidadãos produtivos, lançando Portugal num abismo de intolerância, fanatismo e pureza de sangue. Os exilados levaram consigo dinheiro, experiência comercial, relações, conhecimentos e “aquelas qualidades incomensuráveis de curiosidade e inconformismo que constituem o fermento do pensamento”. A partir de então, a educação formal se incumbiu de purificar o currículo das novidades, preservando sua medievalidade; os estudantes portugueses desapareceram das universidades estrangeiras, enquanto a lista de livros proibidos atingia gigantescas proporções. Em consequência, o bizantinismo, a bajulação fácil se apodera dos áulicos que circulam em torno da família real e, no final do século XVII, sinal da perda de vitalidade, muitos pilotos da carreira da Índia já não mais eram portugueses (Landes, 1998: 146-49).

Transparece, nestas formulações, a sensação de que o destino do desenvolvimento português estava inexoravelmente traçado. A decadência, o subdesenvolvimento seriam inevitáveis. Então, como se explicaria o arranque da industrialização portuguesa no final do século XVIII e inícios do século XIX? Se uma pergunta incisiva é por que os ingleses foram os primeiros na Revolução Industrial, a segunda é por que países que iniciaram seus processos de industrialização foram bloqueados? Certamente, aqui, as explicações para o entorpecimento da sociedade por força da cristalização mercantil não servem. Faltam, nesse passo, indiscutivelmente, informações a David Landes. Desconhece a bibliografia específica sobre a industrialização de Portugal no final do século XVIII, de Borges de Macedo a Valentim Alexandre, passando por Jorge Pedreira. Não se apercebe de que Portugal antecipou os padrões de relacionamento metrópole-colônia que seriam dominantes no século XIX, portanto, nos quadros do neocolonialismo onde pontificam as nações vencedoras da corrida pela industrialização. Por esta via, teria um exemplo clássico de processo interrompido de desenvolvimento industrial, de arranque seguido de bloqueio, que muito teria ajudado na compreensão do espécime vitorioso: o inglês. O caso português expõe as fissuras do modelo explicativo de Landes, explicitando a necessidade de

escandir o núcleo duro de sua argumentação à luz das experiências negligenciadas, mas cujas filigranas tornam-se, no contexto, emblemáticas.

A experiência da Itália é ainda mais singular. O país, que esteve na vanguarda do renascimento comercial e marítimo europeu no final da Idade Média, subitamente encolhe. Ausenta-se das lides mercantis nos grandes oceanos. Não se aproveita da acumulação de capital, da experiência, dos conhecimentos técnicos que o pioneirismo lhe trouxera. Neste caso, Landes invoca a ação das chamadas velhas estruturas, ensejadoras dos óbices letais ao desenvolvimento, quais sejam, “os controles corporativos, as guildas, que entravavam a indústria, dificultavam a adaptação às mudanças de gostos” (Landes, 1998: 192). Será que a velha traição da burguesia, tão cara a Braudel, a incoercível vontade de ascensão social, que levou à imobilização de capitais em ícones sociais, ao invés do investimento reprodutivo, perdeu totalmente o seu lugar na explicação histórica?

Para David Landes, os ingleses são o *homo sapiens* da sociedade industrial. E o primeiro elo desta corrente que aí se formou por conta da acumulação de conhecimento e de competência prática, manifestos na crescente autonomia da investigação intelectual, um método de prova reconhecido, e na rotinização da pesquisa e sua difusão. Isto é, dar explicações não mágicas para os fenômenos naturais. Não dar crédito a “unicórnios, basiliscos e salamandras” (Landes, 1998: 224).

Na base desta trajetória estava a precoce modernidade da sociedade inglesa, precocidade esta que, apesar de ser por ele reconhecida como objeto de discussão, é remetida às liberdades políticas e civis outorgadas pela Carta Magna, em 1215, reforçada pela chegada, no século XVII, dos judeus e criptojudeus, muitos deles descendentes dos exilados pelas perseguições espanholas e huguenotes, todos eles com vasta experiência no trato mercantil e artesanal, veteranos das finanças internacionais, que trouxeram na bagagem uma ampla rede de afinidades familiares. Um exemplo concreto dessa modernidade teria sido a indústria relojoeira, da qual os ingleses eram os grandes produtores e consumidores. Eram relógios de luxo ou baratos, fabricados artesanalmente ou em série, encontrados em casas de recepção de artigos roubados, ou possuídos coletivamente, quando sócios se cotizavam para comprá-los e sortear quem teria o direito de usá-los (Landes, 1998: 244, 249-50).

Essencialmente, havia uma predisposição cultural e institucional que conferia aos ingleses as virtudes potenciais, uma verdadeira façanha para Landes, e que era resultado do talento, da imaginação e do espírito de iniciativa. O elenco de pré-condições institucionais, sociais e políticas existentes na Inglaterra, envolvia: 1) garantia para os direitos de propriedade; 2) garantia de liberdade pessoal; 3) respeito aos direitos contratuais; 4) estabilidade governamental; 5) sensibilidade para com os descontentes; 6) honestidade para evitar competições fraudulentas e 7) um governo cauteloso em seus dispêndios.

De onde emergiu esta ampla variedade de suportes institucionais? Em nenhum momento David Landes estabelece a conexão incontornável com as revoluções sociais e políticas do século XVII. Mas foi ali, na Revolução Inglesa iniciada em 1640 e consolidada na Revolução Gloriosa de 1688/89, que todos estes princípios se cristalizaram, que a nova arquitetura do poder viabilizou o surgimento da identificação virtual entre propriedade real e propriedade pessoal, originando o moderno conceito de propriedade individual e absoluta. Aí se firmam as noções de liberdade pessoal, igualdade perante a justiça, resistência à opressão e, no fundo, os princípios fundantes do contrato social. O Estado passa a ser vigiado e constringido nos seus excessos, expressando, efetivamente, o renovado e complexo jogo das forças sociais, fossem elas burguesas ou aristocráticas.

É inquietante notar que, em todas as 760 páginas escritas por David Landes, não há uma só referência à Revolução Inglesa de 1640, a não ser, lateralmente, numa única citação de Voltaire, para quem “o sangue de Carlos I ainda nem tinha esfriado e esse Parlamento, composto quase inteiramente de fanáticos, promulgou o *navigation act de 1650*” (Landes, 1998: 260), que o autor utiliza exclusivamente para reforçar os vínculos entre o Parlamento e as atividades mercantis. Em nenhum momento se questiona sobre o que significaria um Parlamento de fanáticos! Pois foi exatamente este Parlamento de fanáticos que criou todas as condições institucionais para que a Revolução Industrial pudesse arrancar no final do século seguinte. Aliás, este tema, o da Revolução Inglesa, não habita o cógito de Landes. Em toda bibliografia, de 1.680 títulos, só há uma citação de Christopher Hill, o grande especialista no tema, *The intellectual origins of the english revolution*. Mas está completamente ausente o título no qual a relação entre as revoluções sociopolíticas do século XVII e a revolução econômica do século XVIII está explicitada: *Reformation to industrial revolution*.

As implicações desse procedimento não são superficiais. Atingem o nervo da explicação referente ao tema central a todo o livro: como se dá a passagem da manufatura à maquinofatura? Este é o problema crucial. Está no âmago da Revolução Industrial e, em nosso entender, não pode ser minimamente equacionado sem o recurso à Revolução Inglesa do século XVII. Senão, vejamos:

Na página 231, Landes explica a necessidade de mecanização da indústria em função do crescimento do setor têxtil e da escassez de mão-de-obra. Demonstra o impasse entre as necessidades de aumento da produção, por parte dos manufatureiros, e a sua dependência em relação aos trabalhadores em domicílio, que detinham o controle da produção na indústria rural (instalações, ferramenta, matéria-prima), para os quais a elevação dos salários pagos por seus serviços não redundava em aumento da produção, mas sim, na ampliação do tempo dedicado ao lazer. Este impasse teria forçado a introdução de máquinas motrizes para tornar a fábrica competitiva ante as instalações domésticas. Onde buscar a mão-de-obra necessária para ativar as fábricas? Nos asilos, entre crianças abandonadas, órfãos,

mulheres solteiras, desvalidos e desamparados de toda sorte, é a resposta de Landes.

De toda evidência, a mão-de-obra referida poderia ter uma utilização circunstancial, mas não permanente, estrutural. De onde veio então a mão-de-obra adequada, majoritariamente masculina, com suprimento regular? Ela é originária dos *enclosures* gestados na Revolução Inglesa. Não os cercamentos do século XVI ligados à formação de campos criatórios, que esvaziavam o espaço rural e geravam exércitos de marginais. Mas os cercamentos do século XVIII, voltados para a produção de cereais, que fixaram os trabalhadores no campo, sob condição assalariada. A palavra-chave, que vincula a Revolução Inglesa à Revolução Industrial, é, pois, cercamento. O próprio Parlamento incumbiu-se de estabelecer os procedimentos legais que empreenderam a grande reforma agrária da Inglaterra no século XVIII. No lugar das terras exploradas coletivamente, num complicado regime de posse e propriedade que vinha da Idade Média, surgiu a moderna propriedade capitalista, individual e absoluta. A emergência das grandes propriedades, a contrapartida de uma verdadeira expropriação de posses centenárias, estimulou os investimentos, a proletarização das relações de trabalho no campo, a intensificação da divisão social da produção e, conseqüentemente, a dinamização dos procedimentos técnicos.

A conseqüência foi devastadora. Rompeu-se a tradicional dualidade camponesa, isto é, a identificação atávica entre o trabalho artesanal, doméstico, e a faina agrícola. Por essa via, o artesão torna-se exclusivamente agricultor, fixando-se no campo e constringendo a já insuficiente oferta de mão-de-obra especializada para as manufaturas, provocando a diminuição da oferta de produtos têxteis, exatamente no momento em que a demanda por tais produtos tendia a crescer mais rapidamente. Por outro lado, a fixação do trabalhador no campo, retido pelo assalariamento capitalista, estimula o crescimento da população rural, a ampliação da oferta de alimentos e o barateamento do custo de reprodução da mão-de-obra. Só então, e somente então, a mão-de-obra rural gerada nesse processo desloca-se para os centros industriais. A modernização da agricultura expande o consumo de produtos manufaturados no campo e, no limite, engendra recursos de capital para a economia urbano-industrial.

Se, por um lado, a instalação da maquinofatura está indelevelmente atada aos cercamentos, a expansão do consumo de produtos manufaturados, em escala mundial, está diretamente relacionada aos Atos de Navegação. E ambos, cercamentos e Atos de Navegação, atrelam-se aos interesses sociais mais expressivos no contexto da Revolução Inglesa: da *gentry* e da burguesia mercantil. Se a primeira foi beneficiada pelos cercamentos, a segunda foi contemplada com a conquista do mercado mundial e, sobretudo, colonial, tomado de assalto pela via militar, ou pelas amenidades dos tratados e da diplomacia. O resultado não se fez esperar. A marinha mercante prosperou, a tonelagem da frota inglesa superou a

holandesa, enquanto posições estratégicas nos tráfegos oceânicos eram asseguradas. Mas a rápida expansão dos mercados externos chocava-se com a saturação da capacidade produtiva interna, em virtude da já aludida dualidade camponesa, intensificando ainda mais a pressão no sentido da transformação da estrutura técnica da produção. Nestes termos, foi o mercado externo e, sobretudo os nichos coloniais, na África, Ásia e América, que ampliaram o consumo de produtos ingleses, especialmente os manufaturados de algodão, setor estratégico do processo de industrialização.

Portanto, não há que se buscar na longínqua Carta Magna as condições decisivas para o arranque industrial da Inglaterra. Em termos ideológicos, como já dissemos, a Revolução Inglesa precipitou a hegemonia política dos puritanos, a emergência do liberalismo e a afirmação do individualismo e da teoria do contrato social. No plano imediato, lançou dois tentáculos poderosos, na forma dos cercamentos e dos Atos de Navegação, o que torna impensável a Revolução Industrial do século XVIII sem a Revolução Inglesa do século XVII, no fundo, um só movimento histórico, *A grande revolução inglesa 1640-1780*, que David Landes não percebeu, ou não quis perceber.

Não obstante, a relação entre a Revolução Francesa e os óbices por ela interpostos ao desenvolvimento industrial deste país não são levados em consideração. Landes destaca o modesto programa de desenvolvimento encetado por Napoleão, o reforço do poder do Estado, que mobilizam a produção para fins militares, mas que trouxeram a “destruição, aniquilaram empresas, devastaram o comércio” (Landes, 1998: 290). Sim e não. Bem sabemos quanto os esforços de guerra podem ser estimulantes para as atividades econômicas, sobretudo no desenvolvimento da indústria pesada. A mais, o problema crucial do bloqueio industrial da França pós-revolucionária explica-se pela natureza social da sua revolução, isto é, a intensa participação da pequena burguesia, do pequeno campesinato, eventualmente dos trabalhadores das manufaturas, que cercearam a expansão do mercado interno e o avanço da urbanização.

Sempre em busca das vantagens comparativas que, segundo o autor, se transformam na centelha capaz de despertar o desenvolvimento econômico em escala mundial e tendo em mente o modelo de Alexander Gerschenkron, sobre os benefícios dos países que fazem sua industrialização tardiamente, aproveitando-se da experiência e do avanço tecnológico realizado pelos *first comers*, Landes repudia o esquema centro-periferia e propõe um “gradiente de desenvolvimento da Europa que corria do oeste para leste e de norte para sul, das populações educadas para as analfabetas, das instituições representativas para as despóticas, da igualdade para a hierarquia. Não eram os recursos ou o dinheiro que faziam a diferença; nem os maus-tratos dos estrangeiros. Era o que estava no íntimo de cada um – cultura, valores, iniciativa” (Landes, 1998: 282). E o mundo, diz Landes, estará aberto a quem tenha “caráter, mãos e cérebro” (p. 320).

Fora da Europa, os Estados Unidos e o Japão preencheram estas condições. A par de um meio ambiente extremamente favorável, o modo de produção norte-americano (modo de produção é um conceito oculto para Landes), criou a maior economia do planeta, já em 1870, lastreada no consumismo. Não só os ricos tinham esse privilégio. As pessoas comuns podiam “aspirar à posse de bens sólidos – relógios, bicicletas, telefones, rádios, máquinas domésticas, sobretudo, automóveis”. Tudo isto acessível pelas novas técnicas de venda, “prestações, crédito ao consumidor, vendas por catálogo, direitos de devolução e troca”. A estratégia de *marketing* foi “a sinergia que tornou a América tão produtiva” (Landes, 1998: 345).

Segundo Landes, o Japão é o exemplo acabado de que começar tarde pode ser compensador. Foi o primeiro país não-ocidental a industrializar-se, constituindo-se num modelo para os retardatários. É também o único que, acredita o autor, teria sido capaz de industrializar-se sem o concurso da Europa, ou até mesmo antes dela. Depois de um longo período de isolamento, de congelamento da ordem social, mas não de estagnação econômica interna, o Japão arranca de modo selvagem, na esteira da Revolução Meiji, considerada por Landes mais como uma restauração. A chave do sucesso estava na valorização da ética do trabalho, mais do que da riqueza, uma extraordinária aproximação com a ética calvinista ocidental, de certa forma inscrita na ética budista, segundo a qual “através do trabalho estamos aptos a alcançar a salvação” (Landes, 1998: 407). “A par das iniciativas do governo, e de um compromisso coletivo com a modernização, essa ética do trabalho e esses valores pessoais tornaram possível o chamado milagre japonês” (p. 438).

O que Landes considera a inestimável cooperação de uma mão-de-obra barata, laboriosa e diligente, comprometida com a tarefa, o grupo, a família e o país, revelou-se, nas páginas de seu próprio livro, uma brutal exploração do trabalho, com requintes de desumanidade; violência inaudita, só exequível num capitalismo selvagem. Ele se recusa a usar a palavra exploração, no sentido cunhado por Marx, pois, “de que outro modo o capital receberia a sua recompensa?” (Landes, 1998: 427). Utiliza-a apenas para qualificar o trabalho compulsório de mulheres, crianças, escravos ou semi-escravos, que seria exatamente o caso do Japão.

No inventário dos países que foram outrora poderosos e que poderiam, por seu desenvolvimento cultural, ter-se colocado no pelotão de frente dos países industrializados, destaca a China como um exemplo a ser explicado. Responsáveis por invenções notáveis foram, contudo, incapazes de assimilar as vantagens trazidas pelos relógios, por exemplo, porque o tempo e o conhecimento do tempo era considerado uma dimensão secreta da soberania, que não poderia ser compartilhado com o povo (Landes, 1998: 54). A excessiva presença do Estado teria sufocado a criatividade do povo chinês. “O Estado chinês sempre interferia

na iniciativa privada – encampando atividades lucrativas, proibindo outras, manipulando preços, praticando a corrupção, restringindo o enriquecimento privado”... “Tais interdições redundaram em evasão e contrabando, e o contrabando trouxe a corrupção” (Landes, 1998: 60-61). Entre a abertura para o exterior, tentada pelo eunuco Cheng-hô, nos anos de 1405 a 1431, e o absoluto fechamento que daí se seguiu, com a substituição dos eunucos pela burocracia confuciana, interpõem-se um Estado celestial e prebendário que preferia a segurança do auto-isolamento à expansão tecnológica, pois esta mobilizaria diferentes estratos sociais, através da difusão da imprensa e das perigosas armas de fogo.

A oposição entre Estado prebendário e Estado feudal, recuperada por Imanuel Wallerstein de Max Weber, não foi utilizada por David Landes, que se baseia largamente no texto de Joseph Needham. O fechamento é a chave explicativa, que leva a repulsa à ciência e tecnologia ocidentais. O sentido holístico da cultura chinesa, ao vincular coisas, pessoas e divindades, restringe a entrada de artefatos técnicos, como o relógio, pois o suposto é que os homens que os faziam, e os deuses que representavam, andavam juntos. Faltavam ainda aos chineses “instituições de ensino e pesquisa, academias, sociedades doutas, desafios e competições” (Landes, 1998: 385). O enciclopedismo é a expressão máxima da paralisia intelectual: a enciclopédia chinesa tinha 800.000 páginas! Se a xenofobia tolhe a modernização de um lado, o lugar das mulheres, reclusas em seus lares, não disponíveis para o trabalho fora do lar, excluía do mercado uma força de trabalho de porte incomensurável.

E o mundo islâmico? Durante a alta Idade Média, “a ciência e a tecnologia islâmicas superavam largamente as da Europa” (Landes, 1998: 58), mas, gradativamente, passaram a ser denunciadas como heréticas pelos fundamentalistas, impondo o conformismo espiritual. Uma consequência funesta foi a recusa à imprensa, para evitar a difusão de idéias heréticas, mas que acabou por promover a segregação intelectual. Nos anos 20 do século XIX, o Império Otomano, evanescente, assiste a uma brilhante tentativa de industrialização conduzida por Mohamed Ali, no Egito. Era “a primeira tentativa por uma sociedade atrasada, não-ocidental, de edificar uma economia industrial moderna – por ordem vinda de cima”. É também a primeira vez em seu texto que David Landes reconhece que a manipulação tarifária realizada pelos europeus, capitaneados pela Inglaterra, “sufocou de maneira fria e astuta um concorrente potencialmente perigoso” (Landes, 1998: 454-55).

Atualmente, os entraves à industrialização do mundo islâmico, apesar dos escandalosos recursos de capital existentes em alguns países, por conta dos petrodólares, são a existência de uma mão-de-obra desinformada e incapaz; a suspeição e a rejeição às tecnologias ocidentais; as elevadas taxas de analfabetismo e, no limite, o papel conferido às mulheres. Uma sociedade

machista que segrega as mulheres, e se priva de sua força de trabalho e talento. Humilhadas desde o nascimento, submetidas à violência sistemática, determinaram o que “é hoje a maior desvantagem das sociedades muçulmanas no Oriente Médio, a falha que mais as separa da modernidade” (Landes, 1998: 464). Uma comparação com o papel desempenhado pelas mulheres japonesas daria a exata noção da medida deste distanciamento. Mesmo numa sociedade conservadora, o Japão conferiu às mulheres um papel decisivo no seu processo de desenvolvimento.

Dentre os países dotados de vasta massa populacional, com tradição em sua indústria têxtil, além de serem possuidores de matéria-prima abundante, a Índia é um caso à parte. David Landes desenvolve toda argumentação repudiando as explicações que falam da desindustrialização da Índia, que teria sido promovida pelos interesses ingleses em transformá-la, de país produtor, em mera fornecedora de matéria-prima para alimentar a Revolução Industrial. Ancora-se nas resistências culturais e invoca, em seu abono, as palavras de Chaudhuri: “Na Índia setecentista, estava notoriamente ausente a base empírica para uma Revolução Industrial. Não tinha havido nenhum progresso acentuado no conhecimento científico há muitos séculos, e o aparato intelectual para uma difusão e registro sistemático de habilidades herdadas era seriamente defeituoso” (Landes, 1998: 255). Jocosamente, cita a notícia, sem referência às fontes, de que “os peões indianos colocavam os carrinhos de mão na cabeça, em vez de empurrá-los”, como exemplo emblemático da carência absoluta de racionalidade. Não passa de uma licença poética lamentável!

Desobedecendo a arquitetura do livro de David Landes, propositadamente, deixamos para o fim deste inventário o lugar reservado aos vencidos em sua análise, especialmente o caso da América Latina. Sua visão é preconceituosa. Mesmo quando diz coisas acertadas, o modo e as palavras escolhidas para dizer, o denotam. Ao falar de elite privilegiada de latifundiários e da massa de excluídos, conclui: “uma escola para a indolência (ou o hedonismo) em contraste com um atoleiro de desânimo” (Landes, 1998: 331). Para ele, na América Latina não existiam unidades políticas modernas. “Não tinham direção, nem identidade, nem simbolismo de nacionalidade” e, portanto, a sociedade civil estava ausente. “No topo, um pequeno grupo de patifes, bem ensinados por seus antigos senhores coloniais, saqueavam e pilhavam à vontade” (p. 352). Livre-nos Deus de tais julgamentos! Por que deles, o clero latino-americano não escapou. Eis sua impiedade: “O seu clero, letrado num oceano de ignorância, aferrava-se tenazmente a privilégios legais e civis que remontava aos tempos medievais. Conhecia os mais sombrios segredos do confessionário, tinha em suas mãos as chaves para a salvação” (p. 352).

O isolamento imposto pelas coroas européias às suas colônias, a exclusão da opção protestante, as restrições aos judeus, em suma, o oposto daquilo que teria

feito a fortuna da Inglaterra, seriam os motivos basilares para o não-desenvolvimento econômico latino-americano. Como exemplo de estultice latina, mas também de profunda ignorância dos textos de José da Silva Lisboa, *o Visconde de Cairú*, Landes aponta suas propostas liberais, lastreadas no princípio do laissez-faire, *laissez passer*, como provas da inexistência de visão de desenvolvimento econômico, por oposição ao protecionismo industrial inscrito nos textos de Alexander Hamilton. Certo ou errado, o livre-cambismo é um princípio que poderia levar ao desenvolvimento econômico. Afinal de contas, não é este o princípio fundante da teoria da globalização? Todo viés explicativo de Landes para a América Latina objetiva relativizar a exploração econômica aí realizada pelos países mais avançados.

Seu contorcionismo intelectual se faz com poucos elementos. Desconhece a bibliografia. Não domina o português, talvez conheça o espanhol. Fia-se nos *papers* apresentados em eventos organizados com a finalidade última de elaborar este compêndio, com o apoio indispensável da Fundação Rockefeller que, segundo ele, é capaz de propiciar cultura, lazer e beleza, às margens do lago Como, na Villa Serbelloni de Bellagio! Com seu suporte financiou duas reuniões sobre a América Latina realizadas em 1988 e 1989, para debater o tema do desenvolvimento econômico e o papel do gênero nesse processo. Na Argentina, em 1993, sob patrocínio da *Asociación de Bancos*, discutiu com especialistas convidados as estratégias para o desenvolvimento. Isto explica por que a Argentina é o exemplo escolhido para centralizar a análise sobre o desenvolvimento da indústria na América Latina, e não o Brasil. Se concordamos com Landes que a Argentina era um país com enormes chances de industrialização e desenvolvimento, concretamente, foi o Brasil que se transformou na 8ª economia do mundo, com potencial reconhecido para desestabilizar a economia globalizada, como as crises mais recentes vieram provar.

A que foi relegado o Brasil, num livro que trata de riqueza e pobreza das nações? A 17 linhas na página 370, sob o título *O modo luso-brasileiro*. Para não falar da impropriedade do título, o conteúdo é um fragmento de Gilberto Freyre em *Casa grande e senzala*, sobre o apego dos anglo-saxões às questões raciais, em contraposição aos portugueses mais afetos à religião. A idéia de que o catolicismo é o cimento da unidade nacional no Brasil. Certamente, outras passagens do célebre sociólogo seriam mais oportunas e esclarecedoras. Pior ainda é o remate final. Sob o título *De erudito esquerdista a presidente do Brasil: as vantagens do realismo*, em apenas página e meia, entre 576 e 578, Landes expõe as contradições do sociólogo e do Presidente Fernando Henrique Cardoso, diante do impacto da realidade. Um tratamento absurdamente leviano, apoiado exclusivamente no texto *Dependência e desenvolvimento* e em dois artigos publicados no *Wall Street Journal*. Um escárnio! Pior, ficamos sem saber para que servem os poucos 14 títulos sobre o Brasil, referenciados na bibliografia final.

O processo de industrialização dos demais países setentrionais da Europa Ocidental é abordado, pelo autor, já no contexto da perda de liderança e vitalidade por parte da hegemônica Inglaterra. Os holandeses, que haviam se refugiado em grandes propriedades e preferido o investimento passivo, são ultrapassados pela Bélgica a partir de 1831. Mas o primeiro sinal de alerta para os ingleses vem do outro lado do oceano, com relógios e armas de fogo produzidos em série e com peças intercambiáveis, originárias dos Estados Unidos. Contudo, é na Alemanha que reside a grande ameaça, depois de sua unificação. O célere avanço da indústria pesada (ferro, aço, produtos químicos); novas tecnologias (eletricidade, química orgânica, motores de combustão interna); agilidade do sistema bancário; organização educacional eficiente, capaz de gerar técnicos, especialistas, engenheiros, gerentes. No século XX, a ultrapassagem da Inglaterra se acentua. Para equiparar-se às novas potências industriais, seria “preciso nada menos do que uma nova revolução industrial: inovação e capacidade de iniciativa nas indústrias eletrônicas, farmacêuticas, ótica e de vidro, máquinas e motores” (Landes, 1998: 516). Melancolicamente, o país que liderara a corrida industrial, com vasta tradição em manufatura e engenharia mecânica, operários qualificados, recursos de capital e mercado apropriado, não foi capaz de liderar na indústria automobilística, o que se explica, segundo Landes, pela “administração medíocre, complacência, sofríveis relações industriais, uma estrutura industrial superfragmentada, instituições financeiras pouco úteis e um mercado interno relativamente estagnado” (p. 522).

Mas, são decorridos apenas dois séculos do início da Revolução Industrial na Inglaterra. Onde foram parar a ética do trabalho e a emulação cultural que ativava uma sensibilidade toda especial para o estímulo ao conhecimento técnico e à inovação científica? Se foram capazes de disparar o processo de industrialização, por que não foram suficientemente poderosos para sustentá-lo? Afinal, o que se passou com o *homo sapiens* da sociedade industrial?

Retornemos ao capítulo em que Landes analisa o imperialismo no século XIX. Talvez a resposta para a perda de substância esteja aí, isto é, exatamente no fim da exploração colonial, no âmbito do velho imperialismo peremptoriamente renegado em toda extensão da obra. Sua definição de imperialismo em si já é suficientemente reveladora. Para ele, colonialismo e imperialismo são termos que podem ser usados indistintamente. E mais, que o imperialismo teve sua origem na Idade Média (Landes, 1998: 475). E por que não na Antigüidade? Será que não existem diferenças essenciais entre as conquistas territoriais motivadas por ações militares, ocorridas na Idade Média, e as conquistas impulsionadas fundamentalmente por razões econômicas e sociais, do século XIX? Ou seja, a expansão de uma sociedade não-industrial e de um sistema industrializado é a mesma coisa? A ação dos impérios coloniais da época moderna, inseridos no bojo do capitalismo comercial e da política mercantilista, é igual à dos impérios formados a partir das nações industrializadas da Europa?

Para Landes, o longo período que vai do século XV ao XX, e que corresponde aos impérios ultramarinos, foi um fenômeno transitório e pode ser resumido da seguinte forma: “Pompa e orgulho de um lado, humilhação do outro – tudo se foi... Contudo, as perdas são reparáveis; os ganhos são preserváveis; as tarefas e as oportunidades estão pela frente” (Landes, 1998: 474). E mais, se a finalidade do imperialismo era extrair riqueza, nem sempre os resultados igualaram as expectativas e poucas pessoas se deram bem. Se o imperialismo provocou sofrimento social, gerou também ganhos materiais, tais como a instalação de infra-estrutura na forma de estradas, portos, edifícios, abastecimento d’água, rede de esgoto, instalações sanitárias, hospitais. O problema para Landes é que nem sempre as ex-colônias souberam preservar este legado do imperialismo. “As grandes exceções foram as sociedades pós-coloniais do leste e sudeste asiático: Coréia do Sul, Taiwan e Cingapura” (p. 489).

O que se segue é uma coleção de pérolas literárias, dignas de serem esquecidas. “O imperialismo nunca impediu que algumas colônias se desenvolvessem como centros autônomos”... “A história sugere que a tutela pode ser uma escola. Algumas nações imperiais são melhores governantes do que outras, e suas colônias tiveram melhor desempenho após a independência”. Com base nesse critério, o professor Landes nos “ensina” que “o melhor padrão colonial de todos os tempos foi o Japão, pois nenhuma ex-colônia se comportou tão bem como a Coréia do Sul e Taiwan”. Às manifestações públicas ocorridas nestes países contra a tirania, desmandos e torturas a que foram submetidos, o que os levou a exigir provas inequívocas de arrependimento, responde: “Remorso por quê? O sistema funcionou. Além disso, o mundo pertence aos que possuem uma consciência limpa, algo que o Japão tem tido em quase unânime abundância”. Afinal, enganam-se os que pensam que as nações imperialistas sofreram com a perda de território, pelo contrário, estavam “ansiosas por cair fora”. De todos os fardos do homem branco, o pior talvez seja “a explosão de má vontade contra os antigos senhores e seus representantes” (Landes, 1998: 491-94). Reconheça-se. Poucos foram capazes de afirmar semelhantes franquezas a tantos. Nem mesmo os ideólogos mais empedernidos do imperialismo no século XIX foram suficientemente corajosos para escrever tais disparates.

Há algumas ausências no livro que podem ser explicadas, mas não justificadas. O recorte cronológico não se sustenta. Ficou de fora exatamente o que poderia comprometer a linhagem temática e ideológica do texto: a primeira grande crise da globalização, de 1997, e o fastígio da economia norte-americana na segunda metade dos anos 90. A economia japonesa pôs suas vísceras à mostra e os tigres asiáticos sucumbiram. A crise ganhou dimensões planetárias e, em meio ao colapso total da Ásia, da Rússia, da América Latina, apenas o Império Americano sobrevive, numa situação de prosperidade jamais alcançada em sua história. São duas faces da mesma moeda. Mas, tratar destes temas seria reconhecer que o livro

A riqueza e a pobreza das nações é um deslavado hino ao mundo da globalização, assim como *A riqueza das nações*, de Adam Smith, fora a prece inaugural da hegemonia industrial inglesa.

O que explica os dois Landes, um contido (*Unbound prometheus*, 1969); outro desabrido (*The welth and poverty of nations*, 1998). O primeiro livro foi pensado e escrito no calor da guerra fria, nos anos 60, de Gary Powers e seu U2, do desembarque desastrado na baía dos porcos em Cuba, dos mísseis soviéticos ali instalados, do assassinato de Kennedy. Aqui Landes é moderado, pois o horizonte era incerto. A União Soviética significava uma barreira concreta à mundialização do capitalismo. Nesse passo, curiosidade científica e assimilação tecnológica explicavam o arranque da industrialização inglesa, mas não eram sacados da inebriante superioridade da civilização ocidental. No segundo, os diques haviam sido rompidos, a União Soviética tornara-se uma vaga lembrança, a Rússia estava de joelhos e não havia mais limites para a globalização avassaladora do capitalismo. Os temores haviam se dissipado. Só há certezas, para quem habita o cenáculo do mundo. Por isso mesmo, David Landes poderia dar-se ao luxo de ser livre, leve e solto, achando-se no direito a todas as licenças poéticas, *chistes* e *boutades*, que somente os poderosos podem se permitir. Não tem mais a necessidade de ser politicamente correto; nem mesmo culturalmente sensível. Instaure o império de um verdadeiro darwinismo histórico, que expressa a realidade dura do momento vivido. Ao vencedor, as benesses da economia globalizada. Aos perdedores, os horrores da crise.

Fui atraído, na leitura da contracapa do livro de David Landes, por uma frase de Eric Hobsbawm, “Vigoroso e lúcido. Existem poucos historiadores que não se orgulhariam de ter escrito este livro”. Será mesmo? Hobsbawm leu-o de fato? Será que se orgulharia de ter escrito este livro? Sinceramente, penso que não. É um livro absolutamente etnocêntrico, chega a ser, em várias passagens, despidorado. Nenhuma das idéias de Hobsbawm habita este livro, mesmo nos passos em que seus escritos se tornariam absolutamente indispensáveis para dar-lhe alguma lucidez. Não há sequer um só título de sua sólida produção intelectual relacionado nos 1.680 itens da bibliografia. E como faz falta!

José Jobson de Andrade Arruda é Professor Titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e Professor convidado do Instituto de Economia da UNICAMP.

Referências bibliográficas

- ALEXANDRE, V. *Os sentidos do Império. Questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1993.
- ARRUDA, J. J. A. New patterns of colonial transactions and the industrial revolution: the case of Luzo-Brazilian Empire, 1660-1800. In: BERG, M. (Org.). *Oceanic trade, colonial wares and industrial development 1600-1800*. [s.l.: s.n.], 1994. p. 212-26.

(Papers presented at the Eleventh International Economic History Congress, Milan. – Session C-31). (first draft).

ARRUDA, J. J. A. *A grande Revolução Inglesa 1640-1780*. São Paulo: Ed. Hucitec/Departamento de História da USP, 1996.

BERG, M. (Org.). *Oceanic trade, colonial wares and industrial development 1600-1800*. [s.l.: s.n.], 1994. (Papers presented at the Eleventh International Economic History Congress, Milan. –Session C-31). (first draft).

BETHENCOURT, F., CHAUDHURT, K. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Ed. Círculo dos Leitores, 1998. 5v.

BOUCHON, G. *Vasco da Gama*. Paris: Ed. Fayard, 1998.

CATROGA, F. Ritualizações da história. In: TORGAL, L. R., MENDES, J. A., CATROGA, F. (Aut.). *História da história em Portugal, sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 611.

ESTEBAN, J. C. Britain's terms of trade and the Americas, 1772-1832: back to demand as a dynamic factor in British industrialization? In: BERG, M. (Org.). *Oceanic trade, colonial wares and industrial development 1600-1800*. [s.l.: s.n.], 1994. p. 1-20. (Papers presented at the Eleventh International Economic History Congress, Milan. – Session C-31). (first draft).

FONSECA, L. A. *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época*. Lisboa: Ed. EXPO98/Alentejo, 1997.

HILL, C. *Intellectual origins of the English revolution*. Oxford: Clarendon Press, 192 (1ª ed., 1965).

_____. Reformation to industrial revolution. In: _____. *The Pelican economic history of Britain*. Harmondsworth: Penguin Books, 1969. v. 2: 1530-1780.

LANDES, D. S. *Prometeu desacorrentado*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1994. (1ª ed., Cambridge University Press, 1969).

_____. *Revolution in time: clocks and the making of the modern world*. Cambridge: Harvard University Press, 1983.

_____. What do bosses really do. *Journal of Economic History*, v. 46, n. 3, p. 585-623, Sept. 1986.

_____. The fable of the dead horse; or, the Industrial Revolution revisited. In: MOKYR, J. (Ed.). *The British Industrial Revolution: an economic perspective*. Boulder: Westview, 1993. p. 132-70.

_____. What room for accident in history? Explaining big changes by small events. *Economic History Review*, v. 47, n. 4, p. 637-56, 1994.

_____. Some further thoughts on accident in history: a reply to Professor Crafts. *Economic History Review*, v. 48, n. 3, p. 599-601, 1995.

_____. *A riqueza e a pobreza das nações*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998. (1ª ed., W.W. Norton & Company, 1998).

MACEDO, J. B. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa: Ed. Associação Industrial Portuguesa, 1963.

O'BRIEN, P. K., ESCOSURA, L. P. 1ª (ed.). *The costs and benefits of European imperialism from the conquest of Ceuta, 1415, to the Treaty of Lusaka, 1974*. *Revista*

de *História Econômica*, v. 16, n. 1, inv. 1998 (número especial). Ed. Fundación Empresa Pública/Marcial Pons (Twelfth International Economic History Congress, Madrid, 1998).

PEDREIRA, J. *Estrutura industrial e mercado colonial, Portugal e Brasil (1780-1830)*. Linda-a-Velha, 1994.

SUBRAHMANYAN, S. *The career and legend of Vasco da Gama*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

VERLINDEN, C. *Prince Henry in modern perspective*. In: WINIUS, G. D. (Ed.). *Portugal, the Pathfinder*. Madison, 1995. p. 81-87.

WINIUS, G. D. (Ed.). *Portugal, the Pathfinder*. Madison, 1995.

Resumo

O artigo trata da trajetória do historiador David S. Landes, centrada em seu último livro, *A riqueza e a pobreza das nações* (1998), comparativamente ao seu primeiro grande livro, *Prometeu desacorrentado* (1969), passando pelo seu criativo texto *Revolution in time* (1983). Recupera-se a explicação central do autor para a primazia inglesa, e dos países da Europa setentrional, no arranque para a industrialização, explicada a partir da superioridade da cultura europeia, especialmente na sua valorização da ética calvinista, do trabalho metódico, perseverante e ordenado, condições estas que, auxiliadas pela reforma protestante, dispararam o processo intelectual que levaria ao desenvolvimento científico e tecnológico na Europa. Em conformidade com estes postulados, os processos de industrialização vitoriosos nos Estados Unidos e Japão são analisados por referência àquele paradigma; em contraposição, são historiadas as tentativas frustradas, ou parcialmente realizadas, em outras regiões: na América Latina, em países muçulmanos, na Índia, no Egito. Constatam-se as influências decisivas das conjunturas históricas dos anos 60 e 90 nos escritos de Landes, que, de um autor respeitado por suas posições em relação à exploração do mundo colonial e sua contribuição para o desenvolvimento econômico europeu, passa à defesa desabrada dos países hegemônicos, até o limite de justificar abertamente o imperialismo. O livro, em essência, é um hino ao império da globalização.

Palavras-chave: Europa – Indústria – História; Globalização; Landes, David S., 1924.

Abstract

An article on the historian David S. Landes distinctive course, concerning his last work *The wealth and poverty of nations* (1998), comparatively to his great first work *The unbound prometheus* (1969), going through his creative text *Revolution in time* (1983). The author's central interpretation for the English primacy as well as for the Northern European countries industrialization take off stresses the superiority of European culture, specially in its empowerment of the Calvinist ethics, the methodic work, steady and systematic, conditions which supported by the protestant reform, impelled the intellectual process which would lead to the scientific and technological development in Europe. According to these postulates, the successful industrialization process in the United States and Japan are analyzed in reference to that paradigm; in contraposition the frustrated or partially achieved attempts in other regions are narrated. The decisive influences of historical conjunctures of the 60's and 90's in Landes writings are verified; from an author respected by his positions towards the colonial world exploitation and his contribution to the European economic development, he goes on in a sharp defense of hegemonic countries to the limit of openly justifying the imperialism. The work is, substantially, a hymn to the empire of globalization.

Key words: Europe – Industry – History; Globalization; Landes, David S., 1924.